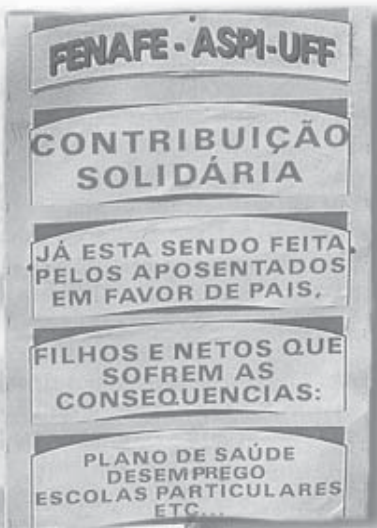




# ASPI-UFF

11 anos Agosto 2003 - Ano XI - N°7

## Audiência Pública na ALERJ: um espetáculo democrático ou uma farsa?



Marcelo Carmacal/Ag. O Globo

Na tarde do dia 14 de julho de 2003 (dia da queda da Bastilha e do aniversário de fundação da ASPI-UFF) foi convocada uma Audiência Pública na ALERJ que teria como finalidade, dar subsídios da parte da sociedade organizada à Comissão Especial encarregada de elaborar um relatório sobre o projeto da Reforma Previdenciária, a ser votado por seus integrantes e, em seguida, enviado ao Plenário da Câmara dos Deputados.

Centenas de pessoas se dirigiram à ALERJ, algumas após uma marcha pelo centro da Cidade do Rio de Janeiro. Chegaram três carros de som que, sucessivamente, contribuíram para aliviar a natural ansiedade dos manifestantes que formaram fila para entrar na ALERJ: foram cantadas algumas bem-humoradas canções com textos que criticam o governo Lula. Alguém até encenou um exorcismo a favor de Lula, querendo tirar o espírito de FHC do corpo dele...

O grupo da ASPI-UFF, devidamente “paramentado” para o evento, com “pirulitos” e uma faixa de alguns metros, listando os maiores devedores do INSS, foi bastante observado e fotografado.

Na sala do Plenário, com todas as galerias ocupadas, começaram os depoimentos das diversas entidades. Impressionou a seriedade das falas e a gravidade das denúncias. Estavam presentes os deputados Onyx Lorenzoni (na presidência do evento), a deputada Jandira Feghali e o deputado Chico Alencar, mas ninguém mais da Comissão Especial, o que deixou uma dúvida sobre a finalidade e a utilidade do evento, pois apenas dois dias depois, seria lido o relatório da comissão.

A presidente da ASPI-UFF/FENAFE fez um discurso chamando deputados e senadores à responsabilidade que foi bastante aplaudido pela plenária. No final discursaram os deputados federais presentes.

O tom dos discursos se encaminhava para a rejeição do PEC – 40, por ser um projeto prejudicial não apenas ao funcionalismo público mas ao próprio Estado brasileiro, já tão enfraquecido, e, indiretamente, dirigido contra as classes menos favorecidas que mais dependem do bom funcionamento do Estado.

A Audiência Pública na ALERJ foi um grande espetáculo democrático, mas parece que se tentou transformá-la em mais um “faz-de-conta” do atual governo. Lutemos para que novas reivindicações defendidas naquele dia memorável despertem os deputados e senadores, a quem cabe, agora, a responsabilidade pelos destinos do Estado brasileiro.

**TODOS À LUTA!**

# Notícia

BOLETIM INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO  
DOS PROFESSORES INATIVOS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

## Editorial

No mês de agosto deve estar em discussão e votação na Câmara de Deputados e, a seguir, no Senado, o Projeto de Reforma da Previdência (PEC – 40).

É possivelmente mais um bom momento para escrevermos aos congressistas, para que defendam nossas reivindicações com o maior empenho nas discussões e votações que definirão o destino do Projeto.

Por esse motivo continuamos a dar, neste número, toda a prioridade para os assuntos relacionados com o PEC-40.

## Professora de 74 anos levanta platéia\*



Em um dos momentos mais emocionantes da Audiência Pública, a professora Aidyl de Carvalho Preis levantou a platéia em uma das últimas intervenções permitidas ao público. Aidyl, que representava a Associação de Professores Inativos da Universidade Federal Fluminense e a Federação Nacional de Aposentados e Pensionistas das Entidades Superiores de Ensino, cobrou responsabilidade dos parlamentares na votação da reforma e deu um exemplo de luta: “Sou aposentada, tenho 74 anos, esperei a minha vez, aqui, de pé porque não podia mais ficar sentada por causa das câimbras, mas não deixarei de ir à rua quando for necessário para defender o direito de todos nós.”

\* Publicado na página 7 do boletim da ADUFRJ – seção Sindical, de 21 de julho de 2003.

## Opinião de um economista

Paulo Rabello de Castro, doutor em economia pela Universidade de Chicago, vice-presidente do Instituto Atlântico e diretor da “Sr Rating”, em artigo para a *Folha de S. Paulo* (11/6/03, p. B 2) analisa a PEC 40/2003 e conclui: “O Brasil continua sendo um país em que até o passado é precário”. O autor aponta para alguns dos vícios que o projeto oficial de reforma previdenciária apresenta, que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara deixou passar sob o rolo compressor do governo. Um deles é que para os aposentados, o governo quer impor uma contribuição igual à dos ativos, que nos estados e municípios não deverá ser inferior ao índice da União – ora, isto é estabelecer uma alíquota federal, “que uma vez alterada para cima, por exemplo, mexerá com toda a estrutura atual montada nos estados e municípios, cujas características são tão distintas entre si”. Essa idéia, para o autor, é o espelho de outra proposta, a de “taxar com uma alíquota extra de imposto de renda os ex-universitários de vida profissional ‘bem-sucedida’ – aí entendido quem estudou em universidade pública e, *pour cause*, ganhar mais de R\$ 30.000 por ano”. O governo apela para a opinião pública colocando uma falsa questão do que é justo: “que algumas dezenas de milhares de servidores privilegiados custem aos cofres públicos mais do que todos os programas de assistência do governo”. É claro que aqueles a quem o discurso se dirige, afetados pelas desigualdades nesse país, dirão: “Não, não é nada justo... reforme-se a lei, punam-se os culpados!” Mas a injustiça está no projeto de reforma: para os aposentados na alíquota que retroagirá sobre seu direito consumado. É injusto para os servidores da ativa, que se aposentarão com proventos calculados pelos seus salários ao longo da sua vida laboral: “Quanto mais o servidor houver investido em sua própria ascensão profissional, maior será sua punição, pois os proventos da inatividade refletirão tanto seus menores quanto seus maiores salários”. Ora, a justiça não se fará por essa lei. Concordamos com o autor quando diz que “o que importa é a segurança jurídica e o aperfeiçoamento do sistema previdenciário sob um critério de efetiva capacidade contributiva”. O texto dessa “concordata previdenciária é falho, pobre e atuarialmente impróprio”. E não é sério: falta uma previsão constitucional de uma lei de responsabilidade previdenciária com critérios para evitar o que se tenta hoje: elevar ou abaixar tetos, cortar pensões, estabelecer e alterar alíquotas de custeio ao sabor do legislador.

# Quem disse que devemos desistir?

O governo conseguiu por 29 votos favoráveis e 9 contrários impor a taxaço dos servidores inativos e pensionistas no parecer do relator do PEC 40/03. Segundo um deputado, um ato covarde aprovado por uma maioria constituída em torno do fisiologismo (Onyx Lorenzoni, PFL/RS). A bancada do PDT, que constituiu a base aliada, votou pelos aposentados, viúvas e órfãos. Outros, como deputados do PRONA e do PFL, fizeram o mesmo, mas não foi o suficiente para parar o rolo compressor. Alguns deputados votaram a favor da taxaço dos inativos, mas, envergonhados, declarando tomar algumas outras posiçoes paliativas quando o projeto chegasse a Câmara. **Nós também temos que chegar ao Congresso e lembrar a nossos representantes de algumas coisas fundamentais.**

Contam que estamos indefesos: afinal, os anos podem pesar nos nossos ombros e nas nossas pernas e braços e assim esperam que nos recolhamos à nossa casca. Contam que nossa memória é fraca. Contam que não podemos fazer greves e assim não seremos ouvidos. Mas estão enganados: fazemos parte das vozes das ruas, que soltaremos sempre e principalmente nas eleiçoes que se avizinham. Somos cidadãos e eleitores. Podemos trabalhar para não dar àqueles que nos decepcionaram o aval que procuram para continuar suas políticas.

Primeiro é preciso lembrar a nossos representantes que estamos organizados. Se não podemos fazer greves (estamos aposentados), podemos ir em apoio a nossos colegas da ativa, protestando nas ruas e nas assembléias e debates, trabalhar com aqueles que serão os futuros aposentados. Que belo exemplo, o daquele cidadão da terceira idade, daquela avó ou avô, a lutar pelos seus direitos, pela sua cidadania, pelo respeito à Constituição, sem temor ou vergonha de mostrar faixas e cartazes. Que vergonha, para o governo que os leva a isso a esta altura de suas vidas.

Podemos ainda votar, e guardando bem na memória deputados e senadores (e partidos) que se voltaram contra nós. E podemos ajudar na conscientizaço de outros eleitores ou futuros eleitores, para que no futuro não sejam presas de promessas que facilmente se fazem nos palanques; para que tenham em mente que a longa história de movimento popular de alguns partidos pode não ser a garantia de que novos políticos vão respeitar essa história; para ajudá-los a descobrir as contradiçoes entre os discursos e as práticas políticas; para ensiná-los a não perder de vista aqueles em quem votaram.

E a situaço a que nos quer reduzir o governo pode ser mais eloquente que muitos argumentos. Reduzidos nossos salários, com alegaçoes de que não contribuimos para a sociedade, como responderão enquanto cidadãos e eleitores: os filhos mantidos desempregados por uma perversa política econômica, quando não pudermos ajudá-los a sobreviver? Os filhos e netos, sem assistência decente de saúde (apesar da CPMF), quando não pudermos pagar os planos de saúde? Os netos e sobrinhos forçados a parar os estudos porque não podemos mais pagar mensalidades ou ajudar com elas? Cada aposentado, na medida de seus proventos, é, muitas vezes, o esteio de uma família afetada por este modelo econômico. Os nossos representantes e futuros candidatos devem se lembrar disso antes de assumirem essa tentativa de transformar os servidores públicos inativos e pensionistas no satanás da previdência. E nós não devemos deixar que se esqueçam: mostremos aos nossos representantes, deputados, senadores, vereadores, aos futuros candidatos nas próximas eleiçoes, aos partidos, que estamos na luta e atuantes.

## ASPI/UFF

AGOSTO 2003 - ANO XI - Nº7

Publicação do Departamento  
de Difusão Cultural da  
Associação dos Professores Inativos  
da Universidade Federal Fluminense

**Jornalista responsável:**

Neusa Pinto – Reg. MTPS nº 12.255

**Equipe de redaçao:**

Ceres Marques de Moraes,

Ana Maria dos Santos e Neusa Pinto

**Data de fundaçao da ASPI-UFF:**

14 de julho de 1992.

**Sede:**

R. Passo da Pátria, 19 – São Domingos,

CEP 24210-240 – Niterói, RJ

Tel.: (21) 2622-9199

Telefax: (21) 2622-1675

**E-mail:** [aspiuff@urbi.com.br](mailto:aspiuff@urbi.com.br)

**Site:** <http://users.urbi.com.br/aspiuff/>

**Diretoria Biênio 2002/2004**

**Presidente:**

Aidyl de Carvalho Preis

**1º Vice-Presidente:**

Joaquim Cardoso Lemos

**2º Vice-Presidente:**

Lúcia Molina Trajano da Costa

**1ª Secretária:**

Magaly Lucinda Belchior da Mota

**2ª Secretária:**

Léa Souza Della Nina

**1ª Tesoureira:**

Dalva Regina dos Prazeres Gonçalves

**2ª Tesoureira:**

Celina Tavares Coelho da Silva

**Conselho Deliberativo (membros efetivos):**

Sheilah Rubino de Oliveira Kellner – Presidente

Acrisio Ramos Scorzelli – Vice-Presidente

Teresinha de Jesus Gomes Lankenau – 1ª Secretária

Júlia Archontakis

Hilda Faria

Isar Trajano da Costa

Salvador Alves Pereira

Luiz César Aguiar Bittencourt Silva

Jorge Fernando Loretti

Maria Delque dos Santos S. Martins

**Conselho Fiscal (membros efetivos):**

Eduardo Pedreira de Cerqueira – Presidente

Amanda Celeste Pimentel

Ana Pedreira Boechat – Secretária

Maria Therezinha A. Lyra

Nésio Brasil Alcântara

**Departamento de Saúde:**

equipe liderada por:

Maísa F. de C. Araújo

**Departamento de Assuntos Acadêmicos:**

Sonia Maria Silva

**Departamento de Direitos:**

Maria Nazareth Martins Ramos

**Departamento de Difusão Cultural:**

Ceres Marques de Moraes

**Departamento de Integração Comunitária:**

Maria de Lourdes Caliman

**Departamento de Lazer**

**e Promoção Social:**

Respondendo pelo expediente:

Léa Souza Della Nina

**Projeto Gráfico:**

Cecília Jucá de Hollanda

**Revisão:**

Damião Nascimento

**Serviços Gráficos:**

Gráfica Falcão

Notícias

BOLETIM INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO  
DOS PROFESSORES INATIVOS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE



### A divulgação prévia da “Nova Previdência do Servidor”

Foi com um misto de surpresa e incredulidade que, no mês de julho, os aspianos (e acreditamos a totalidade dos servidores públicos, ativos e inativos) começaram a receber o folheto do Ministério da Previdência intitulado “Saiba tudo sobre a Nova Previdência do Servidor”. Por que tanta pressa em divulgar um documento ainda não aprovado pelo Congresso Nacional e, portanto, ainda objeto de debates nos meios políticos, em diversos segmentos profissionais e pela sociedade em geral. Tem razão os que dizem que a condução do processo de Reforma da Previdência está sendo autoritária e antidemocrática.

Concordam?

### O Dia dos Pais de 2003 na ASPI-UFF

No almoço de confraternização de agosto (dia 7) foi feita, como de costume, a comemoração do Dia dos Pais do corrente ano.

Além da possibilidade dos reencontros mensais, que têm proporcionado particularmente no corrente ano momentos de alegria e descontração, sem horários limitados, pretende-se dar aos participantes a oportunidade de, coletivamente, lembrarmos a figura sempre presente do pai de cada um, e em decorrência, a do pai de todos nós.

### Nova resposta de um congressista a um aspiano

O aspiano Prof. Carlos A. Soares da Cunha recebeu a correspondência, transcrita a seguir, do deputado Antonio Carlos Biscaia, a propósito da carta que enviara sobre a Reforma da Previdência:

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

Ofício nº 042/2003  
GAB.414



Brasília, 15 de julho de 2003.

Prezado Senhor:

*Ao cumprimentá-lo cordialmente, acuso o recebimento de correspondência onde V.Sª manifesta sua inconformidade com a proposta de reforma da previdência, em discussão no Congresso Nacional.*

*No intuito de evitar que a medida possa trazer prejuízos ou ferir direitos adquiridos, a bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou inúmeras ementas que estão sendo apresentadas pela Comissão Especial, e que alterarão a proposta inicial beneficiando os servidores públicos.*

*Isto posto, reitero-lhe a minha disposição em colocar este mandato na defesa dos ideais que sempre conduziram o nosso trabalho.*

*Atenciosamente,*

Antonio Carlos Biscaia – Deputado Federal PT/RJ

### Concurso de trovas

Atendendo à solicitação da Profª Maria Lumb, integrante do Coral da ASPI-UFF e uma das organizadoras do evento, comunicamos que estão abertas as inscrições do XII Concurso de Trovas/2003, do Colégio Estadual Mar. João Batista de Mattos, situado na Av. Brasil 19644 – Acari, Rio de Janeiro – RJ, CEP 21530-000.

As palavras-tema escolhidas (de menção obrigatória em cada trova) são: “VERDADE”, para alunos, e “ONDA(s)” para não-alunos.

As trovas a serem inscritas deverão ser enviadas para a sede do colégio, a/c do Prof. Renato Alves, até o dia 25/8/2003, acompanhadas de um selo de 1º porte por trova (máximo de três trovas).

A premiação dos vencedores será no dia 25/9/2003 com a presença dos vencedores, já que não serão enviados certificados ou prêmios pelo correio.

Dúvidas ou informações adicionais podem ser obtidas pelo telefone (21) 3372-6810 – (ramal 26).

**PARTICIPEM!**

### A ASPI-UFF perde mais um associado

O mês de julho nos trouxe muitas notícias tristes, inclusive a do falecimento do aspiano Prof. Pedro Freire Ribeiro, antigo docente do Departamento de História da UFF.

Ele foi professor titular, por concurs, o de História da América e lecionou por vários anos a disciplina “História de América Colonial”. Com o advento dos cursos de pós-graduação no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, foi orientador de diversas teses em sua especialidade.

Entre os trabalhos de sua autoria está o livro *Raízes do Pensamento Político da América Espanhola 1780 – 1826*, editado em 1995 pela EdUFF – Editora da Universidade Federal Fluminense, considerado na época uma obra de muita importância pela contribuição que trouxe a nossos estudiosos da História da América.

O Prof. Pedro foi ainda adido Cultural do Brasil no Peru.

Aos parentes e amigos do prezado Prof. Pedro Ribeiro as nossas condolências.

### Um novo Acadêmico na ATL

Tomou posse no dia 26 de julho na cadeira nº 26, da Academia Teresopolitana de Letras, o aspiano Prof. Jorge Emanuel Ferreira Barbosa. A solenidade ocorreu no Salão Nobre da Casa de Portugal de Teresópolis e contou com um público numeroso, que atendeu ao convite da direção daquela Casa para o evento, que constou da cerimônia de entrega do título e coquetel comemorativo.

Ao Prof. Jorge os cumprimentos do *ASPI-UFF Notícias*.

### Falece um dos implantadores do Projeto Óbidos - Oriximiná

Foi com tristeza que recebemos, no mês de julho, a notícia do falecimento do Prof. Paulo da Silva Freire, que prestou inúmeros trabalhos à UFF, particularmente na área de Saúde.

Tivemos oportunidade de conhecer de perto sua capacidade de trabalho, seu companheirismo e particularmente, seu empenho em preparar as numerosas equipes que a partir dos anos 70 se dirigiam mensalmente, nos aviões da FAB, para aquela região.

À família enlutada as sinceras condolências do *ASPI-UFF Notícias*.

### Eles disseram

1. Em entrevistas ao jornal *O Globo* (29/6/03) dois historiadores avaliaram o governo do presidente Lula. José Murilo de Carvalho disse

que não havia “mais desculpas para a falta de resultados” e que o desempenho na área social estava sendo “pífio”, não se conseguindo harmonizar a ortodoxia econômica com a reforma social: para ele, a Reforma da Previdência poderia atingir alvos errados. As ações do governo estariam demonstrando uma mentalidade ainda pouco afeita ao jogo democrático. Para Francisco Carlos Teixeira da Silva, há um nítido divórcio entre as políticas e as práticas do PT. O governo está fazendo uma política de ajuste neoliberal sem criar anteparos sociais, o que seria de esperar do PT: o fato é que os desempregados aumentam e os bancos são os que mais lucram. Lula fala, apela e mantém o carisma, mas o conteúdo político é mínimo. Para ele, o governo continua popular, mas “grupos históricos do PT estão sendo jogados no mar: professores, servidores públicos, intelectuais e a classe média mais instruída dos grandes centros urbanos”. Usa a política de apontar bodes expiatórios.

2. O deputado João Paulo Cunha (PT-SP), presidente da Câmara, declarou, segundo o jornal *O Globo* (29/6/03): “Ficamos contra não porque estávamos disputando um ponto específico da reforma, estávamos disputando o poder no país”. Referia-se à reforma da Previdência do governo FHC. Também confirmou que os relatores de CPI e de outras comissões são homens de confiança do ministro da Casa Civil, José Dirceu.



## Comidas de autoritarismo

O rolo compressor do governo conseguiu mais uma vitória no dia 23 de julho de 2003. O parecer do deputado José Pimentel (PT/CE) foi aprovado na Comissão Especial que analisava o PEC 40/03. A primeira leitura já fora denunciada pelo deputado Onyx Lorenzoni (PFL/RS) como uma farsa, onde ministros de Estado alteraram e manipularam o

relatório (Comissão de Previdência, 23/04). A truculência do governo foi demonstrada pela ausência de vários deputados, que foram substituídos por serem considerados os “rebeldes da bancada”: as deputadas Jandira Feghali (RJ) e Alice Portugal (BA) do PCdoB foram trocadas horas antes da votação, além de outros, até do PFL (JB, 24/7/03, p. A3). Assistindo o debate na comissão, o deputado Arnaldo Faria de Sá, do PTB, ele próprio substituído, declarou que estava no 5º mandato e isto nunca acontecera e mandou um recado ao ministro José Dirceu: do plenário ninguém o tiraria.

Com sólida base aliada, o governo manteve o teto de R\$1.058,00 para as pensões e a aplicação de um redutor sobre vencimentos acima disso; derrotou a oposição, que propunha a inclusão de 40 milhões que estão fora do sistema do INSS; manteve a cobrança previdenciária dos servidores inativos. Depois disso, é intenção do governo acelerar a votação do projeto de emenda na Câmara, começando a articulação política com os partidos no Congresso: fatalmente veremos o loteamento de cargos na administração federal, nomeação de afilhados políticos. Assim, não apenas mantiveram-se as práticas políticas de que tanto foram acusados governos anteriores, mas se recuou ainda mais, para chegar à velha “política dos governadores”, característica da república oligárquica: reforçar o poder Executivo (presidente e governadores), garantir um Congresso dócil e neutralizar a oposição. A História se repete como farsa.

E, para culminar, em face do protesto dos servidores, angustiados duplamente pela eminência de perdas salariais e de direitos adquiridos, e pela negação de tudo em que acreditaram ao apoiar a candidatura Lula e o PT, o Partido dos Trabalhadores agiu com truculência física. O protesto dos servidores se transformou em pancadaria, quando policiais militares armados agiram no interior do Parlamento como se estivessem nas ruas (23/7). Os policiais e seguranças agrediram, chutaram e prenderam o sindicalista Rogério Marzola. A presidência (João Paulo Cunha, PT/SP) nega ter autorizado a sua entrada, mas se entraram à força, por que não os impediu? A entrada da PM no Parlamento é proibida pelo Regimento Interno, e quando aconteceu uma vez, foi para fechá-lo. O fato é gravíssimo. A deputada Jandira Feghali, ela própria vítima da truculência ao ser substituída na comissão, denunciava de sua tribuna (24/7) que esse precedente pode ser multiplicado de outras formas e de outros jeitos.

E o projeto foi aprovado... Essa aprovação foi uma imensa derrota para o país, fragilizou o Estado, foi uma vitória momentânea de um grupo no poder; vários direitos foram desconstitucionalizados e a satisfação é para o mercado de capitais; foi um passo atrás, inclusive em relação à reforma de FHC (Dep. Jandira Feghali, discurso em 24/7). Mas não cabe desistir. Temos que enfrentar esse autoritarismo, onde um grupo, segundo o deputado Onyx Lorenzoni, pensa-se ungido de um poder que não é originário para achar que pode rasgar as garantias individuais e o ato jurídico perfeito. O projeto foi aprovado em uma arena, mas as grandes batalhas deverão ser travadas em um campo muito maior: o Congresso. Reflitamos sobre o que disse o deputado Arnaldo Faria de Sá (no plenário ninguém o substitui) e vamos à luta.

## Concordata previdenciária\*

\*\*\* Paulo Roberto de Castro

O texto apresentado como “reforma previdenciária” passou na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, por 44 votos a favor e 13 contra. A comissão admitiu a proposta, sem vícios de inconstitucionalidade. Segue, agora, para a Comissão Especial, que discutirá questões de mérito.

O exame de admissibilidade resultou numa vitória por larga maioria. Uma vitória fácil, apenas aparentemente. Muitos

deputados não quiseram polemizar, já que o texto sofrerá destaques quanto ao seu mérito. Essa posição “pragmática” transige com os vícios que o projeto oficial de fato carrega.

O governo ofereceu ao país um projeto de concordata previdenciária no setor público. O projeto trata dos regimes próprios dos servidores públicos na União, estados e municípios. O regime geral do setor privado, administrado pelo INSS, escapou, apenas com uma alteração: a elevação do teto de contribuição para R\$ 2.400 – que, tampouco, deveria ser matéria tratada como dispositivo constitucional.

O que chama a atenção, contanto, é o tratamento discricionário das diversas situações dos servidores públicos, se já aposentados (portanto, com seus “direitos consumados”, no dizer do renomado jurista Luiz Roberto Barroso), ou se aposentáveis (ou seja, com “direitos adquiridos”, pelo cumprimento de todos os requisitos), ou, se ainda na ativa, não-aposentáveis (daí, apenas acumulando “expectativas de direitos”, que não são diretamente amparadas pela norma constitucional).

Aos aposentados, o texto de reforma do governo quer impor a contribuição de custeio na sua inatividade, que será igual à dos servidores ativos, e, nos estados e municípios, nos seus regimes autônomos, não poderá ser inferior à alíquota praticada pela União na cobrança dos seus estatutários. É patente a insegurança jurídica e a provável inconstitucionalidade de estabelecer uma alíquota federal – que, uma vez alterada para cima, por exemplo, mexerá com toda a estrutura atuarial montada, nos estados e municípios, cujas características são tão distintas entre si! No entanto, essa “pérola” passou batida pela CCJ na Câmara.

Mas, para os aposentados, a questão não é de alíquota, tanto quanto da natureza da contribuição, que retroagirá sobre o direito consumado. É o espelho da esdrúxula idéia que circulou, na semana passada, visando a taxar com alíquota extra de Imposto de Renda os ex-universitários de vida profissional “bem-sucedida” – aí entendido quem estudou em universidade pública e, *pour cause*, ganhar mais de R\$ 30.000 por ano.

Essas propostas estão todas amarradas num falso questionamento moral, que indaga “se é justa” que algumas dezenas de milhares de servidores privilegiados custem aos cofres públicos mais do que todos os programas de assistência do governo... A tendência de qualquer platéia, hipnotizada pela falência do argumento e culpabilizada pela percepção chocante das evidentes desigualdades de toda natureza num país tão desnivelado quanto o nosso, é, simplesmente, balbuciar: “Não, não é justo... reforme-se a lei, punam-se os culpados!”

Nessa mesma toada, amanhã nos perguntaremos se é justo se alguns tenham mais terra, enquanto outros menos ou nenhuma, ou se é justo que alguns tenham tanta escolaridade,

enquanto outros menos ou nenhuma, e se sobre aqueles que tiverem acumulado mais alguma taxa extra terá de ser aplicada, não pela progressividade de um Imposto de Renda ou por um imposto geral de consumo, mas pelo simples fato de terem acumulado em direito ou uma certa riqueza!

Pior é a situação dos servidores da ativa. Para esses, como não têm direitos adquiridos, mas mera esperança de direito, a proposta previdenciária reserva uma surpresa “que não é justa”. Se hoje se aposentariam com a remuneração do último cargo efetivo, após a reforma calcular-se-ão seus salários ao longo de toda a vida laboral. Quanto mais o servidor houver investido em sua própria ascensão profissional, maior será sua punição, pois o provento na inatividade refletirá tanto seus menores quanto seus maiores salários. Isso é justo?

Insisto na pergunta sobre a dita “justiça”, para concluir que este debate não trata de justiça. Óbvio que a distribuição da sorte na vida e das chances neste país nunca foi justa. Não será essa lei que fará justiça. O que importa, nesse caso, é a segurança jurídica e o aperfeiçoamento do sistema previdenciário, sob um critério de efetiva capacidade contributiva. E, sob esses critérios, o texto da concordata previdenciária é falho, pobre e atuarialmente impróprio. É politicamente inconstitucional ferir a esperança acumulada dos servidores ativos, aos quais uma regra de proporcionalidade sobre os anos já trabalhados deveria ser garantida.

Óbvio também que não cabe uma alíquota única de cobrança a inativos, que pagarão 11% sobre R\$ 1.500 ou os mesmos 11% sobre R\$ 17.000 ou R\$ 20.000. Num caso, corta-se a verba do diurético, no outro, corta-se parte da prestação do Fusca zero do netinho (isso é justo?)...

Finalmente, onde já se viu falar de reforma previdenciária sem previsão constitucional de uma lei de responsabilidade previdenciária que, de fato, defina os critérios atuais pelos quais o legislador, hoje à galega, eleva ou abaixa tetos, corta pensões de viúvas, estabelece e altera alíquotas de custeio? Isto é sério?

O Brasil continua sendo um país em que até o passado é precatório!

\* Publicado na *Folha de S. Paulo*, p. B2. 11/6/2003.  
\*\* E-Mail: Paulo@consultores.com.br

## Brasil aceita Alca em 2005 mas quer acesso ao mercado\*

Assis Moreira

Genebra (Suíça), 4 de junho de 2003

O governo Lula quer ter com a administração Bush uma “cooperação estreita, madura e adulta” que respeite as diferenças de posições e explore ao máximo as semelhanças.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse ontem que esta será a mensagem básica que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva levará ao presidente americano George W. Bush no encontro que ambos terão no próximo dia 20 na Casa Branca.

“Sempre haverá diferenças de perspectivas (com os EUA), mas não queremos alargá-la”, disse Amorim. “É preciso respeitá-las num contexto geral de aproximação e intensificação das relações bilaterais.”

Para o Itamaraty, há “muito a conversar” com o presidente George W. Bush, incluindo as questões internacionais.

Amorim nota que o Brasil compartilha a preocupação americana com o terrorismo. Mas também quer ter uma ordem internacional que permita combater fome, pobreza, e, dessa

• forma, criar um ambiente mais adequado à cooperação global e  
• à tolerância, valores que o Brasil defende.

• Na avaliação do ministro, as divergências entre Brasília e  
• Washington não aumentaram, pelo contrário. Suas declarações  
• sinalizam na direção de um entendimento sobre os rumos das  
• negociações na Área de Livre Comércio das Américas (Alca),  
• tema especialmente problemático no governo Lula.

• Segundo o ministro, a recente visita a Brasília do  
• representante comercial americano Robert Zoellick mostrou que  
• os EUA estão tratando as negociações na Alca “com  
• pragmatismo” e isso “facilita muito a aproximação de posições.”

• Agora, antecedendo o encontro Lula-Bush, Amorim se  
• reunirá com Zoellick dentro de duas semanas em “Way  
• Plantation” (Maryland) para aprofundar essa aproximação.

• Celso Amorim declara agora o que não se ouvia há um bom  
• tempo dentro do governo Lula: “O Brasil trabalha com a idéia  
• de terminar (as negociações da Alca) em 2005, e aí entra a  
• necessidade de ser pragmático, de respeitar as sensibilidades  
• dos países.”

• Até recentemente, o governo Lula sinalizava que a  
• negociação na Alca atrasaria pelo menos dois anos, sendo



empurrada para terminar em 2007, por causa tanto da sensibilidade política como pelos bloqueios na Organização Mundial de Comércio (OMC).

Ontem, o ministro Amorim indicou uma lenta guinada, mas reafirmando as condições para o Brasil aceitar o fim da negociação em 2005. “Se nos concentrarmos no que realmente dizem as palavras área de livre comércio somos totalmente a favor (da Alca), não há nenhum problema. O problema é o que (a pauta atual) vai além disso.”

Para o Brasil, ambições e prazos precisam ser balanceados. Se é para fechar a negociação dentro de um ano e meio, significa focalizar em acesso ao mercado.

Questões como investimentos seriam tratados de maneira “compatível com o tempo que existe”, que não é muito, e com a necessidade do governo Lula de definir prioridades na área tecnológica e industrial.

“O que não podemos é descobrir, quando definirmos essas políticas, que já não podemos fazê-las, porque há uma restrição internacional e o País estaria sujeito a uma retaliação no comércio de bens”, disse o chanceler.

O ministro explicou que o Brasil tem falado numa negociação 4+1 – reunindo os quatro países do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e os EUA – não por ser contra a Alca.

Mas por duas razões: primeiro, porque é importante a capacidade do bloco de negociar em conjunto. E segundo, precisamente porque o foco de uma negociação 4+1 é de acesso aos mercados, mas sem excluir quantos temas são tratados.

“Eu preciso dizer muito claramente: o Brasil não tem nenhum medo de negociar. Mas quer negociar com o tabuleiro configurado de uma maneira que possa ter vantagem. Se o tabuleiro está configurado de uma maneira que as coisas de nosso interesse têm menos chance, aí é mais difícil”, afirmou.

Por outro lado, o governo Lula quer explorar ao máximo o interesse comum na liberalização do comércio agrícola mundial.

Quer aumentar a cooperação em ciência e tecnologia para se beneficiar de avanços que existem nos Estados Unidos, e incrementar programas de bolsas de estudo para brasileiros em universidades americanas.

\* Publicado na *Gazeta Mercantil/Caderno A5*, em 5/6/2003.

Debates

## Ligados no Congresso

Um bom exercício para a nossa contínua educação política é sintonizarmos a TV Câmara e a TV Senado e acompanharmos os debates e os discursos que ali têm lugar, especialmente nessa época em que nós, funcionários públicos ativos e inativos, estamos sendo alvo das “atenções” do governo, através do projeto de Reforma da Previdência. Só não podemos ser crédulos ou confiantes demais; uma certa dose de cinismo talvez se faça necessária; o exercício da crítica e da memória é essencial. Senão, vejamos o que pude observar nessa primeira metade de julho.

Primeiro, sou continuamente informada de que estão negociando comigo e democraticamente ouvindo as minhas razões; que a diminuição dos meus proventos e a extinção da paridade entre funcionários ativos e inativos, nos reajustes dos salários, será benéfica para mim; e que estão a cuidar do futuro dessa aposentada, a tal ponto que um dia abençoarei quem impôs a lei. Estou ouvindo discursos tão cheios de promessas de desenvolvimento, crescimento e prosperidade que me dá desejos de votar: só que as eleições já aconteceram; os palanques já foram desmanchados e as urnas guardadas.

Descobri que temos defensores, e não somente entre os chamados “radicais” do PT e dissidentes do bloco governista. Eles aparecem entre partidos que defenderam antes a ortodoxia neoliberal. Por exemplo, do PSDB/AM, o senador Artur Virgílio acusa o governo de atitude de “capitão do mato” para com os servidores públicos. Mas, em outra sessão, usaria a afirmação do governo contrária aos privilégios e de que nenhum ponto da reforma seria negociável para contrastar com os acenos de mudança no projeto de reforma e aí exercer a sua crítica, dizendo-se perplexo com a contradição entre o que se dizia antes e o dito agora, que se dera antes e ainda se dava. E citaria artigo do jornal *Folha de S. Paulo* (“No caminho havia dois poderes”). O deputado José Roberto Arruda do PFL/DF critica o PEC 40/2003, afirmando que, do jeito que está o projeto, poucos brasileiros quererão ser funcionários públicos. Além disso, as

inconstitucionalidades são flagrantes e os problemas não seriam resolvidos. Porém ele elogia a postura de admitir mudanças. Os dissidentes, estes mantêm a sua luta em prol dos servidores públicos e do cumprimento das metas históricas dos partidos de esquerda. Mas cabe agora perguntar face ao drama que se desenrola no Congresso: Que partido é de esquerda? Ou foi decretado o fim da esquerda?

Mas os congressistas parecem ter descoberto eles próprios algumas coisas, no momento em que o presidente afirma que qualquer mudança no projeto de reforma tem que passar pelo crivo dos governadores (Bom Dia Brasil, 14/7). Primeiro, como verbalizava o deputado Gastão Vieira, que o Congresso é que teria de agüentar as conseqüências negativas ou positivas das reformas que o poder executivo queria impor. José Agripino, líder do PFL, chega a temer o conflito de poderes. E segundo, como acabou por admitir o deputado da base governista Almir Moura (PL/RJ), que o governo teria que ouvir a voz das ruas: apenas pedia paciência ao servidor público, pois que a gordura seria cortada mas não a carne. E as vozes da rua estariam ficando cada vez mais ruidosas e os congressistas estariam se antenando com elas, como admitiu o deputado Atila Lins, do PPS/AM, ao mencionar as mais de 400 emendas oferecidas ao projeto. Talvez essa voz da rua, um tanto mais esbelta, esteja lembrando o Congresso de algo: como acabou por admitir o deputado Nilson Mourão (PT/AC) cabe ao parlamento votar essa matéria. Enfim, volta à lembrança que esta é uma república, que se quer democrática e que ainda existem o poder legislativo e o judiciário; que eleições podem renovar.

Mas cabe-nos uma pergunta: que eco terão essas vozes no próprio Congresso? Há um silêncio preocupante, tanto mais que nunca se tem pela transmissão da TV uma visão panorâmica daquilo que nos animaria: um plenário cheio, com outras vozes também a se manifestarem. E essa maioria silenciosa, como se manifestaria? As vozes das ruas precisam ser mais estrondosas.

# Lula diz que transição econômica está no fim\*

Durante encontro ontem em São Paulo com um grupo de intelectuais ligados ao PT, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mais uma vez ouviu manifestações de inquietação com as taxas de juros e a condução da política econômica. Lula disse que a inquietação também faz parte de seu cotidiano.

“Acho que a pessoa mais aflita do Brasil sou eu”, afirmou o presidente, segundo contou um dos participantes do encontro. Segundo ele, contudo, a chamada fase de transição na política macroeconômica será “mais curta do que os mais pessimistas pensavam”.

Mesmo assim, voltou a pedir paciência: “Se você ficar debaixo da árvore esperando que ela dê frutos você vai ficar impaciente.”

Lula, ao lado dos ministros Antonio Palocci (Fazenda) e Luiz Dulci (Secretaria-Geral), foi questionado sobre quando a taxa de juros vai baixar.

Usando suas costumeiras metáforas, argumentou: “Há um tempo de plantar e um tempo de colher, e esse tempo de colheita está mais próximo do que nós podemos imaginar”, disse, segundo relato da historiadora Maria Victoria Benevides, destacada como porta-voz do encontro.

Pelo menos metade dos 22 intelectuais presentes à reunião expôs suas inquietações. Além da política econômica recessiva, entraram no rol de preocupações a comunicação do governo com a sociedade, a relação com o Judiciário e até a soberania da Amazônia.

Palocci só falou após a exposição dos intelectuais e, segundo alguns deles, foi convincente ao explicar a atual política econômica. “Eu saio mais animada e mais esperançada dessa reunião”, disse Maria Victoria. “Ninguém entre nós gosta de política de juros altos, nem nós nem a torcida do Corinthians, do Palmeiras e do São Paulo juntas”, afirmou a historiadora.

Criado para servir como uma espécie de bússola do Planalto, o grupo de intelectuais tem como coordenador Paulo Vannuchi, presidente do Instituto Cidadania, entidade ligada ao PT. Muitos de seus integrantes já demonstravam descontentamento com as ações do governo Lula. Antes de entrar na reunião, a filósofa

Marilena Chauí chegou a brincar: “ Vim dar um puxão de orelhas no presidente.”

Na semana passada, o geógrafo Aziz Ab’Saber, presente ontem no encontro, fez críticas a Lula numa palestra realizada na Universidade de São Paulo (USP), que tinha como convidada a senadora Heloísa Helena (AL), ameaçada de expulsão do PT por indisciplina partidária. “Lula é meu amigo, sou fiel aos meus amigos, mas ele está errando”, disse Ab’Saber naquela ocasião.

Mas o clima ontem, segundo contaram os participantes da reunião, não foi de confronto, e sim de diálogo. Maria Victoria tentou resumir a sensação geral:

“Eu gostaria que, no dia seguinte da posse, nós tivéssemos uma solução para os gravíssimos problemas da justiça social, dos desequilíbrios regionais, econômicos, culturais. Nós não estaríamos sendo humanos se não desejássemos. Mas entre os desejos e o mínimo de racionalidade há um espaço grande, e então nós entendemos que há um prazo para a mudança.”

Segundo ela, o governo já demonstrou “de que lado está” ao lançar o programa Fome Zero para a parte carente da população no início do mandato. “O Fome Zero foi um gol”.

O grupo de intelectuais acompanha Lula desde a criação do PT. E o presidente fez questão de lembrar sua ligação histórica com os presentes. “Eu continuo aquele amigo e companheiro de vocês desde minhas lutas em São Bernardo ainda no tempo da ditadura”, disse Lula, lembrando do tempo em que comandava as greves dos metalúrgicos do ABC Paulista. Ele afirmou ainda que, apesar de “aflito”, está “satisfeito com as possibilidades que o poder concede aos governantes” para pôr em prática políticas pelas quais sempre lutou.

A reunião de ontem foi a primeira realizada por Lula no escritório da Presidência de São Paulo. O presidente já tem à disposição o 7º. andar do prédio do Banco do Brasil na Avenida Paulista, esquina com a Rua Augusta. Há outro andar em reforma, o 3º. É de lá que Lula pretende despachar quando estiver em São Paulo.

\*Publicado no *O Estado de S. Paulo*, 5/6/2003.

## Aniversariantes do Mês



## Agosto

### PARABÉNS! Feliz aniversário a todos!

- |  |   |   |
|--|---|---|
| 1 Arthur Cezinio de A. Santa Rosa<br>Waldemar Cantisano<br>Maria de Lourdes Cavalcanti Martini                 | 14 Leon Rabinovitch<br>Ana Maria Garcia de C. Miranda                 | Eduardo King Carr   |
| 3 Ottilia Rallon<br>Cyro Freitas Nogueira Baptista<br>Monica Paula Rector<br>Severina Cleide B. de Melo Zachis | 15 Clovis Nogueira de Freitas Filho<br>José Raymundo Martins Romeo    | 25 Glaris Wiederhecker Duarte<br>Mário Palmieri<br>Jorge Fernando Loretto |
| 4 Altair de Azevedo  | 16 Hilda Faria<br>Evelyn da Matta Calvert                             | 26 Henri Wadih Curi<br>Rosalda Cruz Nogueira Paim                         |
| 5 Delba Guarini Lemos  | 18 Diana Zaidman<br>Mário Nunes Picanço<br>Vera de Barros Souza Lemos | 27 Lea Salomão Olive<br>Maria José Gomes de Abreu                         |
| 6 Atila Barreto  | 19 Maria Bernadete Santana de Souza                                   | 29 Candido da Cunha Rapozo<br>Emilio Carmo<br>Angela Martha Damas Soares  |
| 9 Waldir José Mansure<br>Eza Sant’Anna   | 20 Manoel Paulino das Neves   | 31 José Herminio Guasti<br>Carlos Prestes Cardoso                         |
| 10 Maria Nazareth Martins Ramos  | 21 Ena Rodrigues Valle<br>Altamiro Vianna                             |   |
| 11 Sonia Maria de Vargas   | Irio Molinari   |   |
| 12 Annie Helena de M. Braga Souto  | 24 Célio Pereira da Silva   |   |